

Meus caros amigos:

Para qualquer brasileiro, a simples presença na casa dos advogados é razão suficiente para contentamento e emoção.

Pois não há liberdade sem lei que a proteja, como também inexistente qualquer possibilidade de democracia sem Estado de Direito -- e a defesa de uma ordem legal que seja, ao mesmo tempo, legítima, tendo sido a contribuição maior de sua categoria profissional ao esforço de construção de um país mais justo e mais saudável.

Para um político, por isso mesmo, o contentamento e a emoção são ainda maiores. Afinal, ao longo de sua trajetória histórica, as tribunas da OAB sempre permitiram refletir, de modo consequente e inteligente, sobre nossas dificuldades institucionais.

Essa reflexão tão construtiva quanto corajosa, nos tempos e graves dias de hoje, nem pode ser adiada nem pode ser relegada a segundo plano. Todos sabemos, afinal, que a batalha contra as estruturas autocráticas herdadas quer do Estado Novo quer de março de 64 está, finalmente, sendo vencida.

Podemos, neste momento, não identificar em nossas instituições um poder amplamente legitimado por nossa sociedade. Um poder capaz de permitir a imediata realização de reformas sociais que dêem, à nossa população, uma dignidade à altura de seu trabalho em prol de nossa

..../.

transformação econômica recente.

Mas, ao menos, já não temos mais um poder arbitrário. Um poder acima da lei, sem a responsabilidade política de seus detentores. Um poder acima do bem e do mal, como se os brasileiros fossem indignos de déspotas pretensamente esclarecidos.

Os recentes acontecimentos políticos constituem uma prova insofismável da crescente maturidade de nossos dirigentes. Maturidade demonstrada pelo ex-presidente Ernesto Geisel quando soube resistir, embora de modo duro, às pressões obscurantistas dos inimigos da distensão.

Maturidade igualmente expressa pelo presidente Figueiredo, que respondeu com um esforço pessoal acima de suas possibilidades físicas a todos aqueles que duvidavam de suas promessas liberalizantes. Maturidade confirmada pelo presidente em exercício Aureliano Chaves, ao afirmar que a superação dos ressentimentos, nesta hora de conciliação, não exige de cada um a renúncia às convicções pessoais.

Vencidas as primeiras etapas na luta pela reordenação institucional do Brasil, é preciso não esmorecer. Pois chegou a vez de se pensar nos estágios seguintes -- e, aí, teremos pela frente o estimulante desafio da construção de um roteiro material para a democratização.

Mesmo porque de nada adianta o simples reconhecimento formal do princípio da igualdade quando, na prática, permanecem estruturas

../.

sócio-econômicas esclerosadas, cuja flagrante injustiça impede a coesão da comunidade e compromete a dignidade dos segmentos menos favorecidos.

A conquista de um arcabouço jurídico-político com doses razoáveis de legitimidade exige, portanto, que nossa atenção seja voltada ao tecido social. Contamos com um quadro legal em considerações de garantir as liberdades públicas, é certo. Mas é igualmente correto reconhecer que estamos longe de saber como proceder a médio e longo prazo. Afinal, como construir uma ponte sobre o abismo entre o homem de hoje e a nação do futuro ?

Eis aí, a meu ver, a tarefa de todos nós: a obrigação de lutar por um amplo e abrangente projeto de reformas sociais. Não um projeto apenas tecnicamente bem elaborado, ou retoricamente bem justificado. Porém um projeto capaz de transformar o país, concebido a partir do reconhecimento das limitações de nossas riquezas e discutido exaustivamente pelos mais diferentes setores da sociedade.

Não tenham dúvidas. É absolutamente ilusório imaginar que se poderá distribuir o bem-estar social sem sacrifícios, sem esforços, sem trabalho e sem poupança. E ninguém estará disposto a dar sua quota de desprendimento se não tiver sido ouvido ou se não acreditar nas diretrizes das reformas propostas.

É chegada a hora, nos dias de hoje, de realismo. Essas diretrizes não podem ser determinadas com reivindicações utópicas, paternalismos ideológicos, discursos inconsequentes e concepções

alienantes. Não se pode exigir do Estado aquilo que ele não tem condições de dar. Como também não se pode impor à sociedade comportamentos que ela não tem condições de suportar.

Daí a importância da participação política, do engajamento partidário e do exercício do voto. Daí a relevância dos diálogos produtivos, do respeito recíproco entre as lideranças e das negociações entre indivíduos, grupos e classes. Daí o alto significado das linguagens explícitas, dos dados objetivos e da compreensão exata dos fatos.

Pois, em caso contrário, continuaremos asfixiados em dilemas perversos. Como, por exemplo, as alternativas que têm sufocado toda a discussão relativa ao nosso perfil de renda, onde alguns buscam aciadam^{ente}ente privilégios ainda maiores, enquanto outros almejam a distribuição de bem-estar social sem compreender que, antes de distribuir qualquer riqueza, é preciso criá-la.

Entre criar pouca riqueza bem distribuída ou criar muita riqueza mal distribuída, o risco maior é o de que, ao final da controvérsia, ninguém acabe com nada. Na verdade, há outras opções não imaginadas e que estão a desafiar nosso poder de imaginação e criatividade na discussão da função social tanto do lucro quanto do emprego.

O que não se pode, contudo, é aceitar as mistificações e

disseminar as falácias. Muitos protestam contra a ofensiva estatal a favor da tributação do lucro empresarial, esquecendo-se que ele, muitas vezes, tem sido desperdiçado em cassinos e festins -- e não reinvestido na criação de empregos produtivos.

Muitos também combatem a estatização da economia fazendo, contudo, vistas grossas à concessão de subsídios ou de créditos favorecidos -- como se o erário público fosse uma loteria onde todos ganham o primeiro prêmio sem nem mesmo terem gasto algum níquel na compra dos bilhetes.

Do mesmo modo, o que também não se pode é reivindicar, como têm feito os oportunistas, o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e crédito estatal aos pequenos e médios produtores agrícolas. O que não se pode é berrar contra as intervenções governamentais nos órgãos sindicais e, ao mesmo tempo, clamar pelo salário-desemprego pago ... pelo próprio governo.

Meus amigos.

A superação de nossos dilemas perversos exige, em termos imediatos, premissa de sinceridade e doses de coragem.

Sinceridade em reconhecer que a dignidade da pessoa humana não se confunde com atos de misericórdia, nem com concessões autoritárias, muito menos com as reivindicações do oportunismo e menos ainda com as manipulações ideológicas dos verbocratas.

../.

Coragem de afirmar que nem os empregos inúteis, nem a produção de bens supérfluos, nem a substituição de máquinas eficientes por mão-de-obra precária irão atender às necessidades individuais e coletivas da atividade produtiva -- atividades essas que estão na base de qualquer sociedade que se pretende em desenvolvimento.

Insisto nesta tecla -- a exigência de sinceridade. Pois o destino irremediável de qualquer país rico, com uma nação pobre, é o caminho do caos e da insurreição. Ou seja, o caminho de uma sociedade dividida, onde cada reclamo de justiça se converte em pretexto para violência e arbítrio.

Insisto na exigência de coragem. Pois o desafio da pobreza requer lideranças modernas, partidos representativos e parlamentos fortes, a fim de que nossa democracia não se limite a meros aspectos formais, desprezando as condições sociais de seu exercício.

E insisto, também, na exigência de lucidez, a fim de que seja superada aquela visão do Estado como o responsável exclusivo por tudo que se passa entre nós, como se fosse o demiurgo de mundo moderno sem a contrapartida de obrigações.

Meus amigos.

Ao terminar, confesso novamente o orgulho em poder estar na tribuna combativa da OAB. E confesso, ainda, partilhar de seu inconformismo e de sua crença num legítimo Estado de Direito.

Muito obrigado.

MEUS CAROS AMIGOS,

PARA QUALQUER BRASILEIRO, A SIMPLES PRESENÇA NA CASA DOS ADVOGADOS É RAZÃO SUFICIENTE PARA CONTENTAMENTO E EMOÇÃO.

POIS NÃO HÁ LIBERDADE SEM LEI QUE A PROTEJA, COMO TAMBÉM INEXISTE QUALQUER POSSIBILIDADE DE DEMOCRACIA SEM ESTADO DE DIREITO E A DEFESA DE UMA ORDEM LEGAL QUE SEJA, AO MESMO TEMPO, LEGÍTIMA, TEM SIDO A CONTRIBUIÇÃO MAIOR DE SUA CATEGORIA PROFISSIONAL AO ESFORÇO DE CONSTRUÇÃO DE UM PAÍS MAIS JUSTO E MAIS SAUDÁVEL.

PARA UM POLÍTICO, POR ISSO MESMO, O CONTENTAMENTO E A EMOÇÃO SÃO AINDA MAIORES. AFINAL, AO LONGO DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA, AS TRIBUNAS DA OAB SEMPRE PERMITIRAM REFLETIR, DE MODO CONSEQUENTE E INTELIGENTE, SOBRE NOSSAS DIFICULDADES INSTITUCIONAIS.

ESSA REFLEXÃO TÃO CONSTRUTIVA QUÃO CORAJOSA, NOS TENSOS E GRAVES DIAS DE HOJE, NEM PODE SER ADIADA NEM PODE SER RELEGADA A SEGUNDO PLANO. TODOS SABEMOS, AFINAL, QUE A BATALHA CONTRA AS ESTRUTURAS AUTOCRÁTICAS HERDADAS QUER DO ESTADO NOVO QUER DE MARÇO DE 64 ESTÁ, FINALMENTE, SENDO VENCIDA.

PODEMOS, NESTE MOMENTO, NÃO IDENTIFICAR EM NOSSAS INSTITUIÇÕES UM PODER AMPLAMENTE LEGITIMADO POR NOSSA SOCIEDADE. UM PODER CAPAZ DE PERMITIR A IMEDIATA REALIZAÇÃO DE REFORMAS SOCIAIS QUE DÊEM, À NOSSA POPULAÇÃO, UMA DIGNIDADE Á ALTURA DE SEU TRABALHO EM PROL DE NOSSA TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA RECENTE.

./.

MAS, AO MENOS, JÁ NÃO TEMOS MAIS UM PODER ARBITRÁRIO. UM PODER ACIMA DA LEI, SEM A RESPONSABILIDADE POLÍTICA DE SEUS DETENTORES. UM PODER ACIMA DO BEM E DO MAL, COMO SE OS BRASILEIROS FOSSEM INDIGNOS DE DÉSPOTAS PRETENSAMENTE ESCLARECIDOS.

OS RECENTES ACONTECIMENTOS POLÍTICOS CONSTITUEM UMA PROVA INSOFISMÁVEL DA CRESCENTE MATURIDADE DE NOSSOS DIRIGENTES.

MATURIDADE EXPRESSA PELO PRESIDENTE FIGUEIREDO, QUE RESPONDEU COM UM ESFORÇO PESSOAL ACIMA DE SUAS POSSIBILIDADES FÍSICAS A TODOS AQUELES QUE DUVIDAVAM DE SUAS PROMESSAS LIBERALIZANTES. MATURIDADE CONFIRMADA PELO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO AURELIANO CHAVES, AO AFIRMAR QUE A SUPERAÇÃO DOS RESSENTIMENTOS, NESTA HORA DE CONCILIAÇÃO, NÃO EXIGE DE CADA UM A RENÚNCIA ÀS CONVICÇÕES PESSOAIS.

VENCIDAS AS PRIMEIRAS ETAPAS NA LUTA PELA REORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DO BRASIL, É PRECISO NÃO ESMORECER. POIS CHEGOU A VEZ DE SE PENSAR NOS ESTÁGIOS SEGUINTE - E, AÍ, TEREMOS PELA FRENTE O ESTIMULANTE DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UM ROTEIRO MATERIAL PARA A DEMOCRATIZAÇÃO.

MESMO PORQUE DE NADA ADIANTA O SIMPLES RECONHECIMENTO FORMAL DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE QUANDO, NA PRÁTICA, PERMANECEM ESTRUTURAS SÓCIO-ECONÔMICAS ESCLEROSADAS, CUJA FLAGRANTE INJUSTIÇA IMPEDE A COESÃO DA COMUNIDADE E COMPROMETE A DIGNIDADE DOS SEGMENTOS MENOS FAVORECIDOS.

A CONQUISTA DE UM ARCABOUÇO JURÍDICO-POLÍTICO COM DOSES RAZOÁVEIS DE LEGITIMIDADE EXIGE, PORTANTO, QUE NOSSA

ATENÇÃO SEJA VOLTADA AO TECIDO SOCIAL. CONTAMOS COM UM QUADRO LEGAL EM CONSIDERAÇÕES DE GARANTIR AS LIBERDADES PÚBLICAS, É CERTO. MAS É IGUALMENTE CORRETO RECONHECER QUE ESTAMOS LONGE DE SABER COMO PROCEDER A MÉDIO E LONGO PRAZO. AFINAL, COMO CONSTRUIR UMA PONTE SOBRE O ABISMO ENTRE O HOMEM DE HOJE E A NAÇÃO DO FUTURO?

EIS AÍ, A MEU VER, A TAREFA DE TODOS NÓS: A OBRIGAÇÃO DE LUTAR POR UM AMPLO E ABRANGENTE PROJETO DE REFORMAS SOCIAIS. NÃO UM PROJETO APENAS TECNICAMENTE BEM ELABORADO, OU RETORICAMENTE BEM JUSTIFICADO. PORÉM UM PROJETO CAPAZ DE TRANSFORMAR O PAÍS, CONCEBIDO A PARTIR DO RECONHECIMENTO DAS LIMITAÇÕES DE NOSSAS RIQUEZAS E DISCUTIDO EXAUSTIVAMENTE PELOS MAIS DIFERENTES SETORES DA SOCIEDADE.

NÃO TENHAM DÚVIDAS. É ABSOLUTAMENTE ILUSÓRIO IMAGINAR QUE SE PODERÁ DISTRIBUIR O BEM-ESTAR SOCIAL SEM SACRIFÍCIOS, SEM ESFORÇOS, SEM TRABALHO E SEM POUPANÇA. E NINGUÉM ESTARÁ DISPOSTO A DAR SUA QUOTA DE DESPRENDIMENTO SE NÃO TIVER SIDO OUVIDO OU SE NÃO ACREDITAR NAS DIRETRIZES DAS REFORMAS PROPOSTAS.

É CHEGADA A HORA, NOS DIAS DE HOJE, DE REALISMO. ESSAS DIRETRIZES NÃO PODEM SER DETERMINADAS COM REIVINDICAÇÕES UTÓPICAS, PATERNALISMOS IDEOLÓGICOS, DISCURSOS INCONSEQUENTES E CONCEPÇÕES ALIENANTES. NÃO SE PODE EXIGIR DO ESTADO AQUILO QUE ELE NÃO TEM CONDIÇÕES DE DAR. COMO TAMBÉM NÃO SE PODE IMPOR À SOCIEDADE COMPORTAMENTOS QUE ELA NÃO TEM CONDIÇÕES DE SUPORTAR.

DAÍ A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, DO ENGAJAMENTO PARTIDÁRIO E DO EXERCÍCIO DO VOTO. DAÍ A RELEVÂNCIA

DOS DIÁLOGOS PRODUTIVOS, DO RESPEITO RECÍPROCO ENTRE AS LIDERANÇAS E DAS NEGOCIAÇÕES ENTRE INDÍVIDUOS, GRUPOS E CLASSES. DAÍ O ALTO SIGNIFICADO DAS LINGUAGENS EXPLÍCITAS, DOS DADOS OBJETIVOS E DA COMPREENSÃO EXATA DOS FATOS.

POIS, EM CASO CONTRÁRIO, CONTINUAREMOS ASFIXIADOS EM DILEMAS PERVERSOS. COMO, POR EXEMPLO, AS ALTERNATIVAS QUE TÊM SUFOCADO TODA A DISCUSSÃO RELATIVA AO NOSSO PERFIL DE RENDA, ONDE ALGUNS BUSCAM ACIRRADAMENTE PRIVILÉGIOS AINDA MAIORES, ENQUANTO OUTROS ALMEJAM A DISTRIBUIÇÃO DE BEM-ESTAR SOCIAL SEM COMPREENDER QUE, ANTES DE DISTRIBUIR QUALQUER RIQUEZA, É PRECISO CRIÁ-LA.

ENTRE CRIAR POUCA RIQUEZA BEM DISTRIBUÍDA OU CRIAR MUITA RIQUEZA MAL DISTRIBUÍDA, O RISCO MAIOR É O DE QUE, AO FINAL DA CONTROVÉRSIA, NINGUÉM ACABE COM NADA. NA VERDADE, HÁ OUTRAS OPÇÕES NÃO IMAGINADAS E QUE ESTÃO A DESAFIAR NOSSO PODER DE IMAGINAÇÃO E CRIATIVIDADE NA DISCUSSÃO DA FUNÇÃO SOCIAL TANTO DO LUCRO QUANTO DO EMPREGO.

O QUE NÃO SE PODE, CONTUDO, É ACEITAR AS MISTIFICAÇÕES E DISSEMINAR AS FALÁCIAS. MUITOS PROTESTAM CONTRA A OFENSIVA ESTATAL A FAVOR DA TRIBUTAÇÃO DO LUCRO EMPRESARIAL, ESQUECENDO-SE QUE ELE, MUITAS VEZES, TEM SIDO DESPERDIÇADO - E NÃO REINVESTIDO NA CRIAÇÃO DE EMPREGOS PRODUTIVOS.

MUITOS TAMBÉM COMBATEM A ESTATIZAÇÃO DA ECONOMIA FAZENDO, CONTUDO, VISTAS GROSSAS À CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS OU DE CRÉDITOS FAVORECIDOS - COMO SE O ERÁRIO PÚBLICO FOSSE UMA LOTERIA ONDE TODOS GANHAM O PRIMEIRO PRÊMIO SEM NEM MESMO TEREM GASTO ALGUM NÍQUEL NA COMPRA DOS BILHETES.

DO MESMO MODO, O QUE TAMBÉM NÃO SE PODE É REIVINDICAR, COMO TÊM FEITO OS OPORTUNISTAS, O CONGELAMENTO DOS PREÇOS DOS GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE E CRÉDITO ESTATAL AOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES AGRÍCOLAS. O QUE NÃO SE PODE É BERRAR CONTRA AS INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS NOS ÓRGÃOS SINDICAIS E, AO MESMO TEMPO, CLAMAR PELO SALÁRIO-DESEMPREGO PAGO ... PELO PRÓPRIO GOVERNO.

MEUS AMIGOS,

A SUPERAÇÃO DE NOSSOS DILEMAS PERVERSOS EXIGE, EM TERMOS IMEDIATOS, PREMISSA DE SINCERIDADE E DOSES DE CORAGEM.

SINCERIDADE EM RECONHECER QUE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NÃO SE CONFUNDE COM ATOS DE MISERICÓRDIA, OU CONCESSÕES AUTORITÁRIAS, MUITO MENOS COM AS REIVINDICAÇÕES DO OPORTUNISMO E MENOS AINDA COM AS MANIPULAÇÕES IDEOLÓGICAS DOS VERBOCRATAS.

CORAGEM DE AFIRMAR QUE NEM OS EMPREGOS INÚTEIS, NEM A PRODUÇÃO DE BENS SUPÉRFLUOS, NEM A SUBSTITUIÇÃO DE MÁQUINAS EFICIENTES POR MÃO-DE-OBRA PRECÁRIA IRÃO ATENDER ÀS NECESSIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS DA ATIVIDADE PRODUTIVA - ATIVIDADES ESSAS QUE ESTÃO NA BASE DE QUALQUER SOCIEDADE QUE SE PRETENDE EM DESENVOLVIMENTO - .

INSISTO NESTA TECLA - A EXIGÊNCIA DE SINCERIDADE. POIS O DESTINO IRREMEDIÁVEL DE QUALQUER PAÍS RICO, COM UMA NAÇÃO POBRE, É O CAMINHO DO CAOS E DA INSURREIÇÃO. OU SEJA, O CAMINHO DE UMA SOCIEDADE DIVIDIDA, ONDE CADA RECLAMO DE JUSTIÇA SE CONVERTE EM PRETEXTO PARA VIOLÊNCIA E ARBITRÍO.

INSISTO NA EXIGÊNCIA DE CORAGEM, POIS O DESAFIO DA POBREZA REQUER LIDERANÇAS MODERNAS, PARTIDOS REPRESENTATIVOS E PARLAMENTOS FORTES, A FIM DE QUE NOSSA DEMOCRACIA NÃO SE LIMITE A MEROS ASPECTOS FORMAIS, DESPREZANDO AS CONDIÇÕES SOCIAIS DE SEU EXERCÍCIO.

E INSISTO, TAMBÉM, NA EXIGÊNCIA DE LUCIDEZ, A FIM DE QUE SEJA SUPERADA AQUELA VISÃO DO ESTADO COMO O RESPONSÁVEL EXCLUSIVO POR TUDO QUE SE PASSA ENTRE NÓS, COMO SE FOSSE O DEMIURGO DO MUNDO MODERNO SEM A CONTRAPARTIDA DE OBRIGAÇÕES.

MEUS AMIGOS,

AO TERMINAR, CONFESSO NOVAMENTE O ORGULHO EM PODER ESTAR NA TRIBUNA COMBATIVA DA OAB. E CONFESSO, AINDA, PARTILHAR DE SEU INCONFORMISMO E DE SUA CRENÇA NUM LEGÍTIMO ESTADO DE DIREITO.

MUITO OBRIGADO.

/IAG

Meus caros amigos:

Para qualquer brasileiro, a simples presença na casa dos advogados é razão suficiente para contentamento e emoção.

Pois não há liberdade sem lei que a proteja, como também inexistente qualquer possibilidade de democracia sem Estado de Direito -- e a defesa de uma ordem legal que seja, ao mesmo tempo, legítima, tem sido a contribuição maior de sua categoria profissional ao esforço de construção de um país mais justo e mais saudável.

Para um político, por isso mesmo, o contentamento e a emoção são ainda maiores. Afinal, ao longo de sua trajetória histórica, as tribunas da OAB sempre permitiram refletir, de modo consequente e inteligente, sobre nossas dificuldades institucionais.

Essa reflexão tão construtiva quão corajosa, nos tempos e graves dias de hoje, nem pode ser adiada nem pode ser relegada a segundo plano. Todos sabemos, afinal, que a batalha contra as estruturas autocráticas herdadas quer do Estado Novo quer de março de 64 está, finalmente, sendo vencida.

Podemos, neste momento, não identificar em nossas instituições um poder amplamente legitimado por nossa sociedade. Um poder capaz de permitir a imediata realização de reformas sociais que dêem, à nossa população, uma dignidade à altura de seu trabalho em prol de nossa

.../.

transformação econômica recente.

Mas, ao menos, já não temos mais um poder arbitrário. Um poder acima da lei, sem a responsabilidade política de seus detentores. Um poder acima do bem e do mal, como se os brasileiros fossem indignos de déspotas pretensamente esclarecidos.

Os recentes acontecimentos políticos constituem uma prova insofismável da crescente maturidade de nossos dirigentes. Maturidade demonstrada pelo ex-presidente Ernesto Geisel quando soube resistir, embora de modo duro, às pressões obscurantistas dos inimigos da distensão.

Maturidade igualmente expressa pelo presidente Figueiredo, que respondeu com um esforço pessoal acima de suas possibilidades físicas a todos aqueles que duvidavam de suas promessas liberalizantes. Maturidade confirmada pelo presidente em exercício Aureliano Chaves, ao afirmar que a superação dos ressentimentos, nesta hora de conciliação, não exige de cada um a renúncia às convicções pessoais.

Vencidas as primeiras etapas na luta pela reordenação institucional do Brasil, é preciso não esmorecer. Pois chegou a vez de se pensar nos estágios seguintes -- e, aí, teremos pela frente o estimulante desafio da construção de um roteiro material para a democratização.

Mesmo porque de nada adianta o simples reconhecimento formal do princípio da igualdade quando, na prática, permanecem estruturas/.

sócio-econômicas esclerosadas, cuja flagrante injustiça impede a coesão da comunidade e compromete a dignidade dos segmentos menos favorecidos.

A conquista de um arcabouço jurídico-político com doses razoáveis de legitimidade exige, portanto, que nossa atenção seja voltada ao tecido social. Contamos com um quadro legal em considerações de garantir as liberdades públicas, é certo. Mas é igualmente correto reconhecer que estamos longe de saber como proceder a médio e longo prazo. Afinal, como construir uma ponte sobre o abismo entre o homem de hoje e a nação do futuro ?

Eis aí, a meu ver, a tarefa de todos nós: a obrigação de lutar por um amplo e abrangente projeto de reformas sociais. Não um projeto apenas tecnicamente bem elaborado, ou retoricamente bem justificado. Porém um projeto capaz de transformar o país, concebido a partir do reconhecimento das limitações de nossas riquezas e discutido exaustivamente pelos mais diferentes setores da sociedade.

Não tenham dúvidas. É absolutamente ilusório imaginar que se poderá distribuir o bem-estar social sem sacrifícios, sem esforços, sem trabalho e sem poupança. E ninguém estará disposto a dar sua quota de desprendimento se não tiver sido ouvido ou se não acreditar nas diretrizes das reformas propostas.

É chegada a hora, nos dias de hoje, de realismo. Essas diretrizes não podem ser determinadas com reivindicações utópicas, paternalismos ideológicos, discursos inconsequentes e concepções

alienantes. Não se pode exigir do Estado aquilo que ele não tem condições de dar. Como também não se pode impor à sociedade comportamentos que ela não tem condições de suportar.

Daí a importância da participação política, do engajamento partidário e do exercício do voto. Daí a relevância dos diálogos produtivos, do respeito recíproco entre as lideranças e das negociações entre indivíduos, grupos e classes. Daí o alto significado das linguagens explícitas, dos dados objetivos e da compreensão exata dos fatos.

Pois, em caso contrário, continuaremos asfixiados em dilemas perversos. Como, por exemplo, as alternativas que têm sufocado toda a discussão relativa ao nosso perfil de renda, onde alguns buscam acimadamente privilégios ainda maiores, enquanto outros almejam a distribuição de bem-estar social sem compreender que, antes de distribuir qualquer riqueza, é preciso criá-la.

Entre criar pouca riqueza bem distribuída ou criar muita riqueza mal distribuída, o risco maior é o de que, ao final da controvérsia, ninguém acabe com nada. Na verdade, há outras opções não imaginadas e que estão a desafiar nosso poder de imaginação e criatividade na discussão da função social tanto do lucro quanto do emprego.

O que não se pode, contudo, é aceitar as mistificações e

.../.

disseminar as falácias. Muitos protestam contra a ofensiva estatal a favor da tributação do lucro empresarial, esquecendo-se que ele, muitas vezes, tem sido desperdiçado em cassinos e festins -- e não reinvestido na criação de empregos produtivos.

Muitos também combatem a estatização da economia fazendo, contudo, vistas grossas à concessão de subsídios ou de créditos favorecidos -- como se o erário público fosse uma loteria onde todos ganham o primeiro prêmio sem nem mesmo terem gasto algum níquel na compra dos bilhetes.

Do mesmo modo, o que também não se pode é reivindicar, como têm feito os oportunistas, o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e crédito estatal aos pequenos e médios produtores agrícolas. O que não se pode é berrar contra as intervenções governamentais nos órgãos sindicais e, ao mesmo tempo, clamar pelo salário-desemprego pago ... pelo próprio governo.

Meus amigos.

A superação de nossos dilemas perversos exige, em termos imediatos, premissa de sinceridade e doses de coragem.

Sinceridade em reconhecer que a dignidade da pessoa humana não se confunde com atos de misericórdia, nem com concessões autoritárias, muito menos com as reivindicações do oportunismo e menos ainda com as manipulações ideológicas dos verbocratas.

../.

Coragem de afirmar que nem os empregos inúteis, nem a produção de bens supérfluos, nem a substituição de máquinas eficientes por mão-de-obra precária irão atender às necessidades individuais e coletivas da atividade produtiva -- atividades essas que estão na base de qualquer sociedade que se pretende em desenvolvimento.

Insisto nesta tecla -- a exigência de sinceridade. Pois o destino irremediável de qualquer país rico, com uma nação pobre, é o caminho do caos e da insurreição. Ou seja, o caminho de uma sociedade dividida, onde cada reclamo de justiça se converte em pretexto para violência e arbítrio.

Insisto na exigência de coragem. Pois o desafio da pobreza requer lideranças modernas, partidos representativos e parlamentos fortes, a fim de que nossa democracia não se limite a meros aspectos formais, desprezando as condições sociais de seu exercício.

E insisto, também, na exigência de lucidez, a fim de que seja superada aquela visão do Estado como o responsável exclusivo por tudo que se passa entre nós, como se fosse o demiurgo de mundo moderno sem a contrapartida de obrigações.

Meus amigos.

Ao terminar, confesso novamente o orgulho em poder estar na tribuna combativa da OAB. E confesso, ainda, partilhar de seu inconformismo e de sua crença num legítimo Estado de Direito.

Muito obrigado.